

Brasília – DF

17 a 18 de Maio de 2017.

Eixo 3 – Público atendido

Relator (a): Marília Paiva de Carvalho

Moderadora: Flávia Azevedo Leite Silva

Relatora representante da Entidade e Organização da Sociedade Civil no âmbito da Assistência Social: Mônica Rabelo de Freitas - Instituto de Educação Profissional

Eixo 3 – Público atendido

O objetivo dos Eixos foi ouvir relatos de experiências das entidades participantes da oficina e dos gestores municipais, suscitando debates entre estes e os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário de como as ações são desenvolvidas, como deveria ser (expectativas), os desafios enfrentados e as possíveis soluções.

O cerne do Eixo 3 – Público Atendido - teve como questionamento i) quem é o público atendido pelas entidades que ofertam ações de socioaprendizagem? ii) como priorizar o público da assistência social? e, iii) Como ampliar e viabilizar para os jovens e adolescentes oportunidades de socioaprendizagem de forma integrada com o CRAS?

Representantes das Entidades e Organizações da Sociedade Civil atuantes na política de assistência social

Os representantes das entidades mencionaram que atualmente os jovens aprendizes enxergam as oportunidades de acesso ao mundo do trabalho como sorte e não como direito, por isso existe a importância de ser realizado o trabalho de sensibilização de todos os atores sociais, trabalho em rede, no que se refere ao público da assistência social e como é essencial estabelecer formas de priorização desse público.

Pelos relatos dos representantes da entidade restou evidenciado que o público em geral é encaminhado pelos CRAS e também por demanda espontânea. Os jovens encaminhados pelo CRAS compõem de fato o público da assistência social - beneficiários do Programa Bolsa Família, vítimas de exploração sexual, egressos do trabalho infantil e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em medidas socioeducativas em meio aberto, em acolhimento institucional e pessoas com deficiência. Ressaltou-se que o atendimento do público da assistência social e não pode excluir o acompanhamento das famílias, ou seja, as ações com os jovens não podem ser desenvolvidas dissociadas das famílias. O desafio para alguns representantes é pensar em iniciar as ações de socioaprendizagem com as famílias.

Houve ainda relatos que algumas entidades priorizam adolescentes em MSE encaminhados pelo CRAS, CREAS, Ministério Público e Poder Judiciário.

Os representantes das entidades mencionaram que a aproximação com o público que ingressa na redessocioassistencial é muito recente nas ações de socioaprendizagem, sinalizaram um ponto dito pelos gestores e técnicos que a demanda espontânea não pode ser uma excludente do público em situação de vulnerabilidade, todavia a demanda espontânea sempre existiu. O desafio imposto no momento é refletir como reforçar o acesso de outra maneira.

Outro representante em sua fala aduziu que entidade eliminou a palavra aprendizagem e utiliza socioaprendizagem, sendo esta o que diferencia a política do trabalho da política de assistência social. E que é de suma importância que os atores

sociais não enxerguem o jovem sem o ingressar no universo do contexto que o jovem está inserido, sendo necessário fazer o trabalho com inclusão da comunidade, das famílias e empresas (que na maioria das vezes enxergam o público da assistência com discriminação). A sensibilização não pode excluir nenhum dos atores. Os dados e indicadores são importantes, mas a sensibilização e promoção da autonomia devem ser os objetivos que norteiam as ações!

Outro ponto reiteradamente abordado foi a ampliação do atendimento do público prioritário, restou evidenciado ser um grande desafio enfrentado pelas entidades, em razão da dificuldade de diálogos com todos os atores sociais envolvidos nas etapas de trabalho. Não se trata de ações isoladas, devem ocorrer sempre em ações transversais e intersetoriais.

Houve relato de atendimento de jovens em situação de rua, jovens vinculados ao tráfico de drogas que na maioria das vezes estão sem documentação que os identifique. Nesses casos, a entidade realiza a mobilização dos abrigos para encaminhamentos dos jovens com orientação de meios de obtenção de documentos de identificação e em seguida a preparação desse jovem para o acesso ao mundo do trabalho. Ou seja, ao que parece a entidade situa os jovens dos seus direitos e o atende em seguida com ações de socioaprendizagem.

Os grupos salientaram ainda ser essenciais ações de mapeamento dos territórios com intuito de identificar as principais demandas e onde estão os adolescentes público em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social e, ainda possibilita também emissão de diagnósticos. O CadÚnico, segundo alguns representantes, seria uma potencial ferramenta para viabilizar o mapeamento e possivelmente o diagnóstico. Importante dizer que algumas entidades relataram que já existe mapeamento e diagnóstico dos territórios. Outrossim, ventilou-se a possibilidade de fazer o processo de acesso por meio de pesquisa do NIS, contudo se concluiu que perderiam a possibilidade de conhecer os usuários e de dados para diagnóstico.

Para alguns representantes o desafio quando se pensa em produzir diagnóstico é a manutenção de informações do jovem dentro de um cadastro e o acompanhamento constante dos jovens aprendizes e a situação atual dos egressos.

Nesse sentido, emergiu a reflexão da possibilidade de acompanhamento por meio de ferramentas do governo federal que pudesse trazer informações de tempo de permanência do jovem aprendiz no programa e se foi efetivado no mercado de trabalho após a socioaprendizagem para fins de diagnóstico de resultados. E ainda, qual o instrumento norteador para os estados, municípios, entidades e gestores poderia ser elaborado.

Não esperar a demanda espontânea, mas utilizar da busca ativa foi uma das sugestões apresentadas já que há dificuldade de acesso do público da assistência social. E a realização da busca ativa em conjunto entidades e CRAS.

Uma entidade mencionou que realiza parcerias com as universidades para execução das ações, sendo o CRAS responsável por identificar as demandas e o público e o CRAS também executa em parcerias com as entidades ações de socioaprendizagem.

O método de “seleção” (que não é a palavra mais adequada) dos usuários foi salientado como forma de priorização do público da assistência social, os jovens passam por um questionário, entrevista com psicóloga e avaliação socioeconômica.

Demais disso, restou claro que os jovens aprendizes embora acessem a entidade por demanda espontânea para acesso ao mundo do trabalho (socioaprendizagem), não inviabiliza que a entidade ofereça e propicie outras ações socioassistenciais. Para os representantes das entidades é importante a definição de fluxos entre as entidades e os equipamentos públicos para identificação de casos sejam as potencialidades ou os desafios com o jovem aprendiz. Determinada entidade informou que existe um controle por meio de listas de encaminhamentos para priorização de casos que fazem uma espécie de pontuação dos jovens em situação de maior risco para encaminhamentos as oportunidades das empresas. Frisando que conscientiza o jovem que se trata de um direito e auxiliar na preparação de aquisição desse direito.

Relato de outra entidade frisou que a manutenção de informações do jovem dentro de um cadastro é com intuito de atender o público da assistência de forma prioritária, sendo que o público que não é público prioritário da assistência social é encaminhado para outras organizações ou entidades para que atendam o público em situação de não vulnerabilidade. Em seguida, ressaltou que todos os adolescentes são atendidos de forma isonômica dentro da entidade, o que os diferencia é a priorização no encaminhamento e articulação com as empresas na conscientização no atendimento desse público.

Outro ponto discutido foram diferenças das demandas no meio urbano e no campo. Ressaltaram a importância de observar as especificidades e demandas do público do meio urbano, meio rural, dos povos e comunidades tradicionais, da população de rua e dos adolescentes que estão em trabalhos como, por exemplo, os catadores.

No que se refere aos trabalhos com ações de socioaprendizagem no campo, frisaram a dificuldade de acesso dos equipamentos públicos no meio rural. A maioria das políticas públicas não é acessada pelo jovem no campo. Reflexão de como criar o acesso, visualizando o rural, meio que o jovem se encontra, acessar ações de socioaprendizagem sem desconsiderar o contexto em que está inserido.

Determinada entidade cuja atuação ocorre no campo, relatou que o jovem até pouco tempo atrás não era o público observado e que por meio de escuta verificou a necessidade desses jovens e propôs que as ações sejam integradas, de fato, a política de assistência social. A capacitação do jovem hoje feita no meio rural se destina para

que trabalhe na própria propriedade, contudo foi relatado o potencial de realização de socioaprendizagem no meio rural também.

Frisou que a abordagem do público do meio rural difere do urbano, que ocorre por meio da busca ativa. E ainda, há a percepção que os jovens do campo querem trabalho no campo e não o êxodo como ocorria há tempos atrás. Ressaltou a importância de pensar em ações de socioaprendizagem no campo. Como poderia ser feito o encaminhamento e preparação do jovem do meio rural?

Por fim, registraram a dificuldade de dialogar com o CRAS e ineditismo no diálogo com o MDS. Dito ainda que cabe às entidades trabalharem, entenderem e desmistificarem conjuntamente o que de fato é a socioaprendizagem e dialogar acerca do público. Os representantes deixaram como sugestão o convite para demais políticas nos próximos eventos.

Técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA

Os técnicos do Ministério demonstraram a preocupação em constatar se o público atendido pelas entidades e organizações ofertantes de ações objeto da Oficina de fato é o público da assistência social (tais como beneficiários do Programa Bolsa Família, vítimas de exploração sexual, egressos do trabalho infantil e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em medidas socioeducativas em meio aberto, em acolhimento institucional e pessoas com deficiência).

Nesse sentido, alguns suscitaram o questionamento a seguir: como verificar que as entidades que realizam socioaprendizagem priorizam o público da Assistência Social? E ainda, como fomentar que as empresas ingressem na cadeia?

Ressaltou a importância de todos os atores envolvidos no processo de socioaprendizagem de observar e realizar ações preventivas e orientadoras no que tange à violência em desfavor da juventude negra, LGBT e pessoas pobres, ou seja, adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social. Salientaram ainda que a vulnerabilidade não é somente econômica, mas as condições sociais diversas.

Outrossim, muito se frisou a necessidade de pensar em estratégias que viabilize o acesso ao trabalho dos jovens que se encontram “à margem da sociedade”.

Outra preocupação exarada se refere à demanda espontânea que na visão do técnico acaba sendo uma excludente do público da assistência social, todavia restou mencionado que não pode existir a não publicização das ofertas.

Ao mencionar a dificuldade da busca espontânea, houve a comparação no sentido de: se ocorre a dificuldade de acesso dos adolescentes no meio urbano, quicá no meio rural. Nota-se que o jovem urbano e o jovem no meio rural têm especificidades no que demandam. Salientaram a importância de conhecer melhor o jovem do meio rural e reconhecer suas necessidades que em muitas vezes é obrigado a se tornar urbanizado.

Demais disso, muito mencionada a necessidade de identificação do perfil dos usuários e que a utilização dos dados do CadÚnico poderia ser uma ferramenta para priorização dos jovens público da assistência social. Não há que se falar e existir seleção dos jovens por meio de provas e outros instrumentos, mas uma acolhida, uma avaliação socioeconômica.

Por fim, a importância que a entidade permaneça em articulação com o CRAS e demais políticas existentes no território.

Gestores

Os gestores emitiram declarações de preocupação diante da ausência de capacitação e conhecimento das ações de socioaprendizagem desenvolvidas pelas entidades. Salientaram que a expressão socioaprendizagem é algo recente para alguns. Parabenizaram a Secretaria Nacional de Assistência Social pela realização da Oficina, haja vista ser um evento inédito e inovador com a aproximação dos gestores, entidades e técnicos do MDSA.

Os gestores conheciam e entendiam que o público da assistência social era o público do PRONATEC, por isso a necessidade de diálogo entre o órgão gestor, CRAS e entidades. E ainda promover encontros para escutar as principais demandas e interesses dos usuários.

O ACESSUAS trabalho foi mencionado como um elo para a realização da socioaprendizagem.

Reiteraram os relatos feitos pelos representantes das entidades e técnicos do Ministério, que o público atendido são os referenciados no CadÚnico e que as formas de acesso dos usuários são os encaminhamentos do CRAS e as demandas espontâneas.

Os gestores mencionaram a importância da “entrevista” do adolescente com psicólogos para compreensão do perfil do jovem com vistas a reconhecer suas potencialidades e habilidades e do contexto de sua família.

Salientaram a importância de enxergar o sujeito no contexto familiar e do diálogo de todos os atores, sendo essencial conhecer melhor não somente os jovens que estão no meio urbano, mas entender as demandas dos adolescentes do campo. Possibilitar assim, oportunidades de socioaprendizagem para os adolescentes que estão no meio rural, considerando suas peculiaridades e a diversidade.

Houve relato de adolescentes que chegam ao CRAS em situação de total vulnerabilidade social e que suas famílias ainda não estão referenciadas, sendo o encaminhamento um meio de possibilitar o reconhecimento do público da assistência social.

Frisaram que a integração dos sistemas de dados e equipamentos do governo federal são meios importantes para acesso de informações detalhadas aos gestores Estaduais e Municipais com intuito de viabilizar mapeamentos e diagnósticos.

Por fim, mencionaram ser interessante a divulgação de boas práticas no atendimento dos adolescentes no que se refere às ações de socioaprendizagem.